

Tecer memórias das lidas e lutas dos(as) professores(as) nas escolas particulares de Belo Horizonte, seguindo o curso de seu "fazer-se" trabalhadores(as), em pedaços de história. Este é o norte e propósito da dissertação. Uma aventura interpretativa em aberto, que espera questionamentos, releituras e interpretações outras, pois aqui está apenas uma escrita para coletivos enredos e atores. Deve-se ainda destacar, que sujeito e objeto do conhecimento nela estão em total reciprocidade, pois fala-se do lugar de mulher-professora-grevista. O sujeito é parte de seu objeto.

• A lógica de quem não aprende a matemática escolar

Conceição Clarete Xavier

Orientador: Oder José dos Santos
Data da Defesa: 11/9/92

A Matemática funciona como um filtro na determinação do fracasso das crianças pertencentes à classe trabalhadora que estudam na escola pública. Ela é uma das disciplinas que mais reprova, retendo os alunos sucessivas vezes na mesma série e, portanto, causando a evasão, especialmente no primeiro grau. Em um universo de cem reprovações estima-se que sessenta, aproximadamente, são atributos a essa disciplina.

Quais seriam as causas desse fracasso no ensino da matemática escolar? Porque os alunos apresentam tantas dificuldades no seu aprendizado?

Buscando-se aprofundar em reflexões sobre esse problema, o presente estudo busca pesquisar as formas de raciocínio matemático desenvolvidas pelas crianças em situação de trabalho.

Sabe-se que as crianças pertencentes à classe trabalhadora, desde cedo, procuram no trabalho uma forma de sobrevivência ou de complementação do orçamento doméstico. Elas se dedicam a atividades diversas como vendas de flores, amendoins, balas e bonecos nas portas de escolas, em bares, cinemas, nos locais onde há sinais de trânsito. É nesta luta pela sobrevivência que elas desenvolvem formas específicas de raciocínio matemático, as quais procurou-se captar.

Realizei um estudo comparativo entre o modo como as crianças aprendem matemática em seu cotidiano e os dispositivos utilizados pela instituição escolar no ensino dessa disciplina.

Conclui que o ensino de matemática está inserido em todo um contexto escolar, em uma teia de relações que se estabelecem dentro de determinada lógica, totalmente distinta da lógica que permeia o raciocínio das crianças pertencentes à classe trabalhadora. Desta forma, falar em fracasso desses alunos, no aprendizado de tal disciplina, é uma contradição, uma vez que eles a dominam em seu cotidiano.

O que deve ser questionado é todo o sistema de ensino, seus objetivos, métodos, conteúdos programáticos, suas relações, enfim, todos os elementos envolvidos no processo.

• As organizações por local de trabalho entre a ruptura e o consentimento: a dimensão educativa das lutas autônomas

Dalila Andrade Oliveira

Orientador: Oder José dos Santos
Data da Defesa: 18/9/92

A dissertação trata da experiência dos trabalhadores de Processamento de dados - MG organizados autonomamente nos seus locais de trabalho. Demonstra como esta OLTs - Organizações por Local de Trabalho - têm forjado uma nova concepção pedagógica exigindo, consequentemente, novas estratégias sindicais que reconheçam os trabalhadores como sujeitos autônomos.

Para tanto, este estudo aborda a organização do processo de trabalho e a divisão da produção nas empresas de PD. Reconhece o modo de Produção Capitalista como um processo de exploração e situa a relação da mais valia como central no capitalismo. Portanto demonstra a organização do trabalho como a forma do capital organizar a sua luta com vistas a realização de seus objetivos. Aborda a centralidade na questão do controle da força de trabalho em dois modelos distintos: a coerção e o consentimento.

Por fim, a dissertação relata a resistência a esta organização desembocando em formas de organização autônoma dos trabalhadores. Reconhecendo, portanto, estes trabalhadores como sujeitos históricos autônomos, capazes de produzir um saber próprio de classe.

Em busca de novos caminhos - uma proposta de reorganização do processo de trabalho na escola, através do ensino de ciências nas séries iniciais do 1º grau

Iria Luiza de Castro Melgaço

Orientador: Oder José dos Santos
Data da Defesa: 21/9/92

"Em busca de Novos Caminhos", uma proposta de Reorganização do Processo de Trabalho na Escola, através do Ensino de Ciências nas séries iniciais do 1º grau, relata uma experiência de observação participante do tipo Intervenção, realizada durante o ano letivo de 1991, em uma escola estadual da região central de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Essa experiência, abrangeu um período de aproximadamente sete (07) meses, tendo sido realizada em três (03) turmas de 4ªs séries primárias, envolvendo a professora regente de ciências e Programa de Saúde da escola em questão - Escola Estadual do bairro Barro Preto.

Neste relato, buscaremos em três (03) diferentes momentos denominados.

- "Os primeiros passos de uma pesquisadora em busca de espaço dentro da escola pública de 1º grau;"
- "A iniciação dos trabalhos de coleta de dados junto à Escola Estadual do bairro Barro Preto".
- "O processo de intervenção na prática pedagógica escolar";
- realizar uma descrição minuciosa do caminho percorrido pela pesquisadora no processo de investigação, as dificuldades vivenciadas durante as várias etapas do trabalho desenvolvido e as relações implementadas para sua superação.

Buscaremos ainda, ao final do trabalho, realizar uma reflexão sobre o processo de resistência, - evidenciado em todos os relatos

descritos - à proposta de uma nova forma de organização do trabalho escolar e, conseqüentemente, às relações sociais existentes em seu interior, sugerido pela pesquisadora durante as várias etapas da pesquisa.

Nesse capítulo final destacamos, o papel e a importância do Ensino de Ciências implementado no interior das 4as séries A-B e C, enquanto instrumento fomentador, fortalecer e estabelecido do processo de mudança.

Constitui-se um recurso através do qual as mudanças nas relações sociais e a reorganização do trabalho pedagógico foram facilitadas e fortalecidas, permitindo gradativamente uma outra possibilidade de prática pedagógica baseada em relações sociais de tipo novo, onde o coletivismo, a igualdade, a solidariedade e a participação ativa de alunos e professor substituem as conhecidas relações sociais hierárquicas, individualistas, concorrências e de passividade que fundamentam a escola existente.

Ao longo das considerações finais, acreditamos válido ainda apontarmos para os limites do trabalho desenvolvido, uma vez que se apresentam, a nosso ver, como pistas em potencial para um possível avanço no processo de superação da atual forma de organização do trabalho pedagógico na escola.

Palmitando os rastros de nossa própria história pessoal ao longo dessa caminhada acreditamos possível encontrar caminhos que conduzam a uma história social mais digna.

O trabalhador e o processo saúde-doença: a mediação político-pedagógica da CIPA

Rodolfo de Braga Almeida

Orientadora: Lucília Regina de Souza Machado
Data da Defesa: 2/10/92

Enfocando a Comissão Interna de Prevenção de acidentes - CIPA, como um instrumento mediador da relação entre o trabalhador e o processo saúde-doença, procura-se, com um breve histórico das questões da saúde em sua relação com o trabalho, construir um referencial teórico, mais geral, daquela relação. Realiza-se um estudo bibliográfico e uma análise da proposta da Comissão Interna, em sua evolução em alguns países, onde elementos importantes daquela dinâmica e suas atuais tendências são apontados. Analisam-se as regulamentações e a aplicação da CIPA buscando a caracterização do seu perfil mediador e educativo, enriquecido pela análise do debate entre, representantes dos trabalhadores, dos empresários e do Estado. Através da análise das entrevistas realizadas, junto a profissionais que realizam atividades educativas com a CIPA e os seus membros, construiu-se uma visão do processo pedagógico voltado para os trabalhadores-cipeiros e uma ava-

liação da CIPA enquanto instrumento de mediação daqueles trabalhadores diante do processo saúde-doença. Destaca-se entre outros, como importantes nesta mediação, o controle legal e patronal sobre as condições de interferência dos trabalhadores no processo saúde-doença, e a predominância da concepção do "Ato Inseguro" no campo das idéias acerca da saúde e da doença, veiculada através da CIPA. Identificam-se como formadores de um sujeito-trabalhador, ativo diante o processo saúde-doença, alguns fatores, tais como as relações de trabalho mais democráticas, a presença sindical no trato das questões de saúde e segurança do trabalho, as novas concepções e métodos como o "Mapa de Riscos", as estratégias educativas que incorporam a política e a organização; e ressalta-se a necessidade de reverter a negatividade educativa de outros fatores tais como a ambigüidade entre técnicas e política nas regulamentações legais da CIPA e a ética ultrapassada da "opção a priori" nas relações de trabalho como condição ao trabalho insalubre.

TV pública - a democracia no ar

Maria Regina de Paula Mota

Orientador: Carlos Roberto Jamil Cury
Data de Defesa: 13/11/92

No Brasil o debate sobre a TV Pública praticamente inexistente. O sistema de radiodifusão, organizado nos últimos 40 anos, privilegiou a exploração comercial pela iniciativa privada. A partir da década de 60, desenvolveu-se, também, um sistema de televisão educativa estatal.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 instituiu o sistema público de televisão de forma complementar aos sistemas privados e estatal. Este instituto é desconhecido por boa parte dos seus destinatários, possíveis exploradores e, até mesmo, pelos legisladores responsáveis por sua regulamentação.

Este estudo examina primeiramente a legislação da radiodifusão no Brasil e a dinâmica de seus agentes na definição do modelo atual. Num segundo momento, refaz o percurso da emergência do "público" nas manifestações pro-democratização dos meios de comunicação em torno da Assembléia Constituinte de 1987 - 1988, através da análise de documentos e da Leitura de seus Anais.

Por fim, reflete sobre as questões conceituais que desafiam a operacionalização de um sistema público de televisão: o papel do Estado na garantia de sua existência; o papel da sociedade civil organizada na participação e no controle do atendimento ao interesse coletivo, geral ou público, respeitando a sua diversidade.